

Atualidades



Asclépio cura os doentes. Relevô de Aquino. Museu Nacional, Atenas

Esta Secção contará com textos que orientem a prática médica e acadêmica, resenhas, cursos, seminários, simpósios e congressos, realizados no Brasil e no mundo, concernentes à bioética

Este espaço destina-se, também, a divulgar a produção intelectual desenvolvida na área de bioética em nosso país. Pretendemos, portanto, acolher as monografias, teses de mestrado e doutorado (desde que tenham sido submetidas à defesa pública), bem como textos editados na Academia e que nem sempre têm a merecida divulgação

Esperamos, assim, construir uma base sólida de reflexões em bioética

VIII Congresso Mundial de Bioética - Comentários e reflexões

No período de 6 a 9 de agosto de 2006, realizou-se em Pequim, na China, o VIII Congresso Mundial de Bioética, com o tema “Bioética: em busca de uma sociedade justa e saudável”. Paralelamente, nos dias 4 a 6, ocorreu o 6º Congresso Internacional de Abordagens Feministas de Bioética, que discutiu a questão “gênero, justiça e direitos das mulheres na área da saúde”. Com aproximadamente 500 participantes, majoritariamente provenientes dos países asiáticos, foi desenvolvida uma intensa programação.

Este evento bianual é de responsabilidade da Associação Internacional de Bioética, com a organização local, no caso, da Sociedade Chinesa de Ética Médica e Associação Médica Chinesa.

Recordemos o percurso histórico dos congressos anteriores: 1º) Amsterdã (Holanda); 2º) Buenos Aires (Argentina); 3º) São Francisco (EUA); 4º) Tóquio (Japão); 5º) Londres (Inglaterra); 6º) Brasília (Brasil); 7º) Sidney (Austrália). Assim, dos oito congressos até então realizados, tivemos o privilégio de participar de sete. Numa ocasião particular, estivemos diretamente envolvidos na organização e planejamento do VI Congresso Mundial de Bioética, realizado em Brasília em 2002, que cravou na agenda da bioética mundial as questões suscitadas a partir da exclusão e periferia do mundo. Só não participamos do primeiro congresso, em 1992.

Em termos de futuro, o próximo congresso mundial está programado para 2008, na Croácia (parte da ex-Iugoslávia), Europa Oriental, na cidade portuária de Rijeka/Opatia, a 120 km da capital Zagreb, e seu tema central será “O desafio da bioética transcultural no século XXI”. Antes de comentarmos o Congresso de Pequim, apresentamos alguns dados que nos permitem maior conhecimento sobre a China contemporânea, comparando-os com a Índia e Brasil.

A China: pela grandeza, um continente em si mesmo

A China está na ordem do dia na mídia, por seu sucesso econômico. Atrai milhões de turistas de todas as partes do globo. Possui uma cultura milenar, a grandiosa e espetacular muralha – a construção de maior extensão do mundo – com 6.700 km circulando na crista de cadeias de montanhas, cujo trecho inicial data do 3º séc. a.C., construído pelo imperador Qin Shi Huangdi. Inúmeros e majestosos templos dedicados a seus deuses espalham-se por Pequim, como o Templo do Céu, considerado uma das maravilhas da arquitetura humana, bem como palácios imperiais na cidade proibida, que vão longe no tempo, desde a dinastia dos imperadores Huan e Ming. Imprescindível registrar a famosa Praça da Paz Celestial, local onde, em 1989, um jovem desafiou uma fila de tanques que reprimiam o movimento juvenil em protesto, imagem que sensibilizou e correu o mundo.

O mandarim, a língua oficial, é utilizado por 94% da população, mas existem mais de 80

dialetos em uso no país. A China passa hoje por um crescimento econômico fantástico: os jornais alardeiam ser o maior em dez anos. Segundo relatório do Banco Mundial, foi de 11,3% no segundo trimestre de 2006, o maior desde 1996. No primeiro semestre, houve uma expansão de quase 10,9% em relação ao mesmo período em 2005, quando cresceu 9,9%. Entre 1980 e 2005, sua participação na economia mundial passou de 3,45% para 15,41%. Já é a terceira potência comercial, atrás apenas dos Estados Unidos e Alemanha. Em 2004, tornou-se o maior exportador mundial de bens de tecnologia da informação. Não obstante todo este entusiasmo com o crescimento, o economista indiano Pranab Bardhan é cauteloso ao afirmar que é importante não exagerar as conquistas obtidas pela China e Índia. Segundo ele, “há muitos obstáculos e armadilhas que terão que enfrentar no futuro próximo, antes que se tornem atores significativos no cenário internacional de uma maneira sustentável. China e Índia ainda são países paupérrimos. De seus 2,3 bilhões de habitantes, quase 1,5 bilhão vive com menos de US\$ 2 diários. Na China, menos de 20% da força de trabalho está em manufaturas, mineração e construção, somadas. Quase metade está na agricultura. Na Índia, são 60%” (“China, Índia e Brasil”. *Folha de S. Paulo* 30 jul 2006:12 [caderno especial]).

Pequim prepara-se orgulhosamente para sediar a primeira olimpíada a ser realizada na Ásia, em 2008. Esta megacidade, no momento, transformou-se num verdadeiro canteiro de obras, com centenas de guindastes de construção civil espalhados por toda a área urbana. Novas ruas

e avenidas sendo abertas – ontem, cheias de bicicletas; hoje, congestionadas de carros. Novas linhas de metrô estão sendo construídas, do aeroporto ao centro da cidade. A vila olímpica vai adquirindo a forma de uma cidade dentro da cidade, construída a todo o vapor, e gigantescos complexos de apartamentos surgem por toda parte. Tem-se a impressão de verdadeira explosão urbana.

A China enfrenta um grande desafio ao lado de tantos outros: a questão populacional, pois tem 1,3 bilhão de habitantes, ou seja, um em cada cinco habitantes da Terra é chinês. Sessenta por cento de sua população (760 milhões) ainda vive em áreas rurais, apesar de apenas 11% do território chinês se prestar à agricultura. A China é campeã mundial da produção de arroz, com 35%. Cerca de 40% da população vive nas cidades, que atualmente sofrem forte migração dos habitantes do campo, tornando ainda mais precárias as condições de vida urbana. As cidades mais populosas são Xangai, 14 milhões; Tianjin, 12 milhões; Pequim, 10 milhões; Shenzhen, 8 milhões e Chongyang, 7 milhões. Somando-se à Índia, que possui 1,1 bilhão de habitantes, isto implica que, juntas, têm 40% do total de habitantes da Terra, ou seja, dos 6,5 bilhões de habitantes no mundo, dois são chineses ou indianos. A China pretende urbanizar mais de 300 milhões de pessoas nos próximos 20 anos. As pressões de consumo devem exacerbar-se, pois em termos globais 65% da população mundial está localizada na Ásia; 14%, na África; 11%, na Europa; 9%, na América Latina; 5%, na América do Norte e menos de 1% na Oceania.

Dados de 2002 apontam que a população urbana com acesso a saneamento básico é de 83% no Brasil, 69% na China e 58% na Índia. Com relação à expectativa de vida ao nascer, em número de anos: Brasil, 66 para os homens e 73 para as mulheres; China, 70 para os homens e 73 para as mulheres; Índia, 60 para os homens e 63 para as mulheres. Mortalidade infantil (por 1.000 nascidos): Brasil, 39 para os homens e 32 para as mulheres; China, 32 para os homens e 43 para as mulheres; Índia, 85 para os homens e 90 para as mulheres. Com relação à percentagem da população com 60 anos ou mais: Brasil, 8,2%; China, 10,5% e Índia, 7,8%.

Na China, o controle da natalidade é feito com mão-de-ferro pelo governo, na aplicação da política *“one child policy”* (1979): somente uma criança por casal. A guia que nos explicava a realidade cultural e social chinesa, enquanto visitávamos locais interessantes de Pequim, ao entrar nessa questão definiu como sendo fruto desta política *“a geração dos que se sentem sozinhos, pois não têm irmãos ou irmãs”*. Se surgir o segundo filho(a), o casal praticamente é obrigado a abortar, além de pagar pesada multa, perder o emprego e, além disso, ser estigmatizado. Nesse contexto, o aborto acaba sendo um método normal de controle de natalidade. A preferência por nascituro masculino é apontada como uma das causas para a criação de gigantesco desequilíbrio numérico na relação homens versus mulheres. Faltam aproximadamente 40 milhões de mulheres, pois as meninas são abortadas por médicos a pedido de seus pais, que têm preferência por meninos, ou morreram por negligência na etapa de recém-nascidos ou

bebês. Num contexto cultural sexista, a mulher grávida é obrigada a ir ao hospital para a identificação do sexo do feto. Caso o mesmo seja identificado como feminino, é fortemente pressionada para abortar. Um livro de Nie Jing Bao, lançado recentemente em inglês (2005), comentado no congresso, retrata toda essa problemática: *Behind the silence: chinese voices on abortion (Atrás do silêncio: vozes chinesas sobre o aborto)*.

Para tentar evitar que esse desequilíbrio aumente o aborto de fetos femininos, a política atual do governo proíbe a realização de ultra-som por motivos não-médicos, com o objetivo de revelar o sexo do nascituro. Caso isto ocorra, o profissional médico corre o risco de ter sua licença de exercício profissional cassada. Esta situação populacional chinesa, de desequilíbrio entre o número de nascimentos de homens e mulheres, foi discutida no Congresso num simpósio especial, patrocinado pela Fundação Ford (EUA). A questão vem preocupando o presidente chinês Hu Jintao e atualmente se estuda um plano de ação para corrigir tal distorção.

Bem distinta é a situação de muitos países europeus que, vendo o perigoso declínio populacional, estão implementando políticas de natalidade. A França, por exemplo, está pagando bônus de 750 euros durante um ano para cada casal que tiver um terceiro filho. Uma situação complicada é a da Rússia, onde a população de 148 milhões, em 1991, caiu para 142,7 em 2006, levando o presidente russo a criar um abono de US\$ 55 por filho, para incentivar os casais a procriarem.

No Brasil, segundo o IBGE, a taxa de fecundidade é de 2,1 filhos por mulher, próxima da reposição. Prevê-se que cheguemos a 2050 com 247,2 milhões. A queda do número de filhos por mulher impressiona: de 6,16, na década de 60, para 4,35 na de 80 e 3,16 na de 90. Boa parte dessa queda tem como causa os altos índices de esterilização (cf. Washington Novaes, no texto “Muita gente ou pouca gente?” (*O Estado de S. Paulo*, 19 de agosto de 2006).

Na área educacional, no período de 1986 a 2005, o analfabetismo na China caiu de 25% para 8,7%, desde a aprovação do ensino compulsório e obrigatório de 9 séries para todas as crianças entre 6 e 14 anos. Este índice é menor que os 11,8% do Brasil. A Índia, por sua vez, tem hoje 39% de analfabetos. A China, com população 30% maior que a indiana, forma por ano 3,1 milhões de universitários; na Índia, esse número é de 2,7 milhões. No ensino superior, a percentagem de alunos de 18 a 24 anos matriculados é de 8% na Índia, 9% na China e 12% no Brasil.

Uma curiosidade de turista: não se ouve chinês falar mal de seu governo, pelo menos com estrangeiros turistas. Há silêncio absoluto em relação a isso. O guia turístico, em plena Praça da Paz Celestial, apontando para a enorme imagem de Mao Tse-tung, nos diz enfaticamente: “*Ele modernizou a China e Ten Xio Ping nos deu uma China feliz...*”. Indagado sobre o episódio da revolta dos jovens na Praça, exclama: “*Oficialmente, nada sabemos*”. Medo de conseqüências em função de rigorosa vigilância estatal? Fala-se que a preocupação das autoridades é manter a ordem, a estabilidade e

o monopólio do Partido desde quando *chairman* Mao estabeleceu a República Popular da China em 1949 – cujo mausoléu recebe a visita de grande número de turistas, que depositam flores em sua homenagem...

Alguns comentários sobre o Congresso Mundial

Mais do que emitir um juízo de valor, que facilmente incorreria em erro, passamos a descrever um pouco a metodologia, conteúdo e discussões bioéticas ocorridas no Congresso de Pequim, conscientes de que é descrição fragmentária, que tenta prospectar tendências temáticas no âmbito da bioética e que serve apenas para dar uma idéia do que foi a quem dele não participou.

É sempre bom ter presente que todo evento dessa natureza constitui grande feira de idéias em ebulição, uma superdose concentrada de questões de bioética cujo bojo traz peculiaridades e originalidades forjadas a partir dos valores da realidade sociopolítica-cultural de onde se realiza. Pelo fato de concentrar muito conteúdo em pouco tempo, ocorrem, conseqüentemente, várias sessões e simpósios especiais simultâneos ou paralelos, o que obriga o congressista a ter de escolher o que mais lhe interessa, pois é impossível acompanhar tudo. O tema central – “Bioética: em busca de uma sociedade justa e saudável” – funciona como fio condutor das discussões e debates nos plenários maiores. Podemos destacar vários blocos de assuntos discutidos:

1) Um grande bloco relacionado com questões de saúde humana, debatendo a reforma do sis-

tema de saúde chinês e experiências e lições em problemas emergentes de saúde pública, a partir da SARS (síndrome respiratória aguda grave, do inglês *Severe Acute Respiratory Syndrome*), abordadas por pesquisadores da Universidade de Harvard (EUA), bem como gripe aviária e tuberculose, em escala mundial. Foi também dada atenção à problemática do controle de doenças contagiosas, ao HIV/Aids e ao fornecimento de drogas anti-retrovirais, além do fator meio-ambiente relacionado com a saúde humana e a problemática populacional, desafios candentes para a China e Índia. Em relação ao contexto desse evento, nutrimos a expectativa de que a Declaração Universal de Bioética de Direitos Humanos, aprovada pela Unesco em outubro de 2005, fosse amplamente debatida, ao mesmo tempo em que se estudassem formas de implementá-la no conjunto das nações. Infelizmente, mereceu espaço em somente um simpósio satélite de duas horas, com significativa presença de participantes do mundo em desenvolvimento, mas poucos representantes dos países industrializados;

2) Um outro bloco de questões – o maior, por sinal – diz respeito à ética da pesquisa em seres humanos, de Nuremberg (1947) a Helsinque (2000). Entre outras, foram discutidas questões relacionadas ao duplo *standard*, consentimento livre e esclarecido dos sujeitos da pesquisa, situação dos países em desenvolvimento versus investimentos das multinacionais do medicamento e diretrizes éticas do Cioms (Council for International Organizations of Medical Sciences). Abordagem especial foi dada à ética na pesquisa com células-tronco e

embriões, sem esquecer uma apresentação sobre o escândalo na Coreia relacionado à pesquisa com células-tronco (fraude), que teve como protagonista Hwang Woo-Suk.

Se no mundo ocidental é de conhecimento de todos as atrocidades cometidas pelos médicos nazistas, que culminou no Tribunal de Nuremberg, no Oriente, antes e durante a II Guerra Mundial, temos uma situação semelhante, senão pior, com o exército japonês estabelecendo programas de guerra biológica na China ocupada, nas chamadas “fábricas de morte”, tal como a Unidade 731, na cidade de Harbin, onde centenas de pessoas encontraram a morte;

3) Questões específicas de uma bioética de cunho asiático, trabalhadas em simpósios satélites dos quais quatro aprofundaram a relação da bioética com o confucionismo, corrente de pensamento e filosofia de vida (ou religião, discute-se, segundo muitos estudiosos) fundada pelo mais célebre filósofo chinês: Confúcio (552-479 a.C). Falou-se de uma bioética “confuciana”. A propósito, na saudação inicial da sessão de abertura do congresso o presidente Renj-Zong Qiu citou Confúcio: “*Não é uma alegria receber amigos que chegam de tão longe?*” Entre os assuntos abordados neste bloco recordamos o “familismo” versus o “individualismo”, o conceito de justiça e de cuidados de saúde, e as pessoas com deficiência. Outro tópico importante foi a ética profissional da medicina tradicional chinesa, em que a confiança está no centro da relação médico-paciente. Ocorreram também várias apresentações sobre a visão do budismo em

relação a determinadas questões de bioética. Registre-se, ainda, um simpósio satélite que versou sobre “cultura, religião e bioética”, coordenado por T. Engelhardt, com discussões sobre valores do daoísmo e direitos humanos, Confúcio e a bioética em diálogo com o judaísmo, e o cristianismo ocidental.

A China é a mais antiga civilização do mundo. Além disso, jamais foi conquistada pelo monoteísmo. A fé dos chineses esteve contida durante milênios na filosofia laica e terrena do confucionismo (o qual concebe somente um “mandato celeste” como sinal de legitimidade do imperador), no budismo, importado da Índia, e no taoísmo, duas religiões em que a idéia de divindade é imanente, se confunde com o todo e com o nada, perpassa a natureza e todos os seres. Na língua dos mandarins, existem muitos nomes para evocar a divindade, mas não existe um termo equivalente ao conceito do Deus cristão. Este é o dilema que levou, em 1607, o jesuíta Matteo Ricci, após haver descartado outros possíveis nomes, a dizer que para os chineses o Deus cristão se chamaria Tian Zhu, o “*Senhor do Céu*” (Federico Rampini. *O jesuíta que inventou o nome de Deus em chinês*, Jornal Repubblica, 6 ago 2006). Não é objeto deste relato do congresso aprofundar a questão da religião na China, mas é interessante saber que a religião com o maior número de seguidores declarados – 150 milhões – é o budismo. Os tibetanos têm como líder budista o Dalai Lama, que vive na Índia (Lhasa) e está proibido de pisar na China há 47 anos. Para entender o fascinante, misterioso e complexo mundo das grandes religiões, especialmente das chinesas, recomen-

damos a leitura de uma obra-prima de Hans Kung (2004), traduzida para o português: *Religiões do mundo – em busca dos pontos comuns*. Para Kung, toda a tradição filosófica da China foi uma busca da unidade entre o céu e a terra. Também na China a religião não morreu e para a maioria dos chineses o céu permanece como grande símbolo primordial;

4) Num quarto bloco, temos as questões clássicas da bioética clínica, ligadas ao início de vida. Entre outras, questões éticas na área da genética, pertinentes às pesquisas com células-tronco e embriões. Com relação ao final de vida, ocorreu um interessante fórum Alemanha-China sobre questões éticas e legais desse tema, por meio do qual tomamos conhecimento da existência de vários programas de cuidados paliativos na China. Também estiveram em debate, dentre outras, questões como a ética dos transplantes e o conceito de morte, aspectos sempre presentes nos congressos internacionais e que em cada cultura têm uma problematização, visão e solução diferentes. No ocidente, muito se fala e temos até documentos que comprovam que na China são extraídos órgãos de prisioneiros executados (em torno de 18 a 20 mil por ano), bem como que existe um “comércio negro” de compra e venda de órgãos que beneficia as elites dos países vizinhos – fato não mencionado no congresso.

Registramos a presença de uma dezena de brasileiros, três dos quais membros do quadro de diretores da Associação Internacional de Bioética, com papel ativo nas discussões e coordenação de sessões de trabalho. O tema da ética da pesquisa em seres humanos, especificamente

a experiência brasileira de dez anos, foi recorrente em várias sessões e pôsteres, passível de conferência nos anais do congresso. Destacamos como inusitada a realização de encontros a partir das perspectivas regionais de bioética, de tal modo que tivemos apresentações de perspectivas asiáticas, vozes do islamismo do mediterrâneo oriental e perspectivas ibero-americanas.

Para concluir este breve relato de congressista, pensamos que alguns valores da cultura asiática são também importantes para nós, do ocidente, neste encontro e diálogo transcultural que atribui cor e identidade variadas ao que hoje conhecemos por bioética.

Sem simplificações, mas tão-somente instigações: “A comunidade vem antes do indivíduo. No entanto, a comunidade respeita e apóia o indivíduo. O valor central é a verdadeira humanidade. A família é a pedra fundamental da sociedade. Os problemas devem ser resolvidos por consenso, e não por confrontação. Busca-se uma harmonia holística do ser humano com a natureza e com seus ciclos naturais. Existe um conceito importante da cultura chinesa tradicional, que nos ajuda a pensar a realidade atual dos pluralismos e a lidar com a busca de uma bioética global, bem como a necessidade de adaptação frente às diferentes circunstâncias culturais. Trata-se do conceito de unidade que não é uniformidade e deve ser entendido como “coordenação do pluralismo, ou harmonia do pluralismo”.

“O homem virtuoso cultiva a unidade e não a uniformidade; enquanto que o homem viciado, a uniformidade e não a unidade”, diz Confúcio,

o mais influente filósofo chinês. Pessoas de caráter nobre assumem a “unidade, mas não a uniformidade, como modo de vida. A unidade é considerada como sendo a “suprema moralidade”.

Paramos por aqui. Nosso próximo capítulo e ponto de encontro será na Croácia, em 2008, quando conversaremos a respeito do desafio de uma bioética transcultural neste início de milênio.

BIBLIOGRAFIA

China, Índia e Brasil. Folha de S. Paulo 2006 30 Jul:12 [caderno especial].

Jing Bao N. Behind the silence: chinese voices on abortion. New York: Rowman and Littlefield, 2005.

Kung H. Religiões do mundo: em busca dos pontos comuns. Campinas: Verus, 2004.

Novaes W. Muita gente ou pouca gente? O Estado de S. Paulo 2006 19 Ago:A2.

Rampini F. O jesuíta que inventou o nome de Deus em chinês. Jornal República 6 Ago 2006.

LEO PESSINI

Teólogo, doutor em Teologia Moral-Bioética, superintendente da União Social Camiliana, vice-reitor do Centro Universitário São Camilo, membro da diretoria da Associação Internacional de Bioética e editor-chefe